



# RACISMOS E RESISTÊNCIAS NA FCHS

## *RACISMS AND RESISTANCES IN FCHS*

Otávio Henrique da Silva Lemes <sup>1</sup>

**Resumo:** *O presente artigo tem como objetivo compreender o impacto dos coletivos negros no enfrentamento aos casos de racismo na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, campus de Franca, fazendo considerações sobre os casos de racismo e as medidas institucionais adotadas para respondê-los. Nessa pesquisa, foram empregadas metodologias quantitativa e qualitativa, assim, considerou-se os relatos anônimos de discentes e membros dos dois coletivos negros da faculdade (NUPE. e AFROntar), através de levantamento das ocorrências de racismo via questionário anônimo, entrevistas e suporte bibliográfico. A partir dos dados coletados, foi possível concluir que os coletivos negros são cruciais no combate ao racismo no espaço acadêmico, na promoção de políticas de enfrentamento às opressões e acolhimento das e dos estudantes negras(os).*


**Palavras-chave:** *Racismo. Resistência. Universidade.*

**Abstract:** *This article aims to understand the impact of black collectives in confront with cases of racism at the Faculty of Human and Social Sciences of Unesp, campus of Franca, making considerations about cases of racism and the institutional measures adopted to respond to them. In this research, quantitative and qualitative methodologies were used, accordingly, thus we considered the reports of students and members from the two black collectives of the college (NUPE And AFROntar), survey of occurrences of racism via anonymous questionnaire, interviews and bibliographic support. From the data collected, it was possible to conclude that black collectives are crucial in the fight against racism in the academic space, in the promotion of policies to combat oppression and foster of black students.*

**Keywords:** *Racism. Resistance. College.*

---

**1** Graduando em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Franca, São Paulo, Brasil; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5108922386231228>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6704-643>. E-mail: [otavio.lemes@unesp.br](mailto:otavio.lemes@unesp.br)



## Introdução

O espaço universitário não é somente um espaço de produção científica e acadêmica, mas também é um espaço de violência (KILOMBA, 2020), que marginaliza, invisibiliza e oprime essencialmente pessoas negras e indígenas. O ensino superior brasileiro, é construído estruturalmente pelo racismo (BRUNO; NASCIMENTO, 2019), que vem sendo legitimado pela branquitude e pela superioridade branca. O enfrentamento aos racismos na universidade, limitando-se a discursos antirracistas e sem práticas para transformação das relações cotidianas, promove a manutenção da supremacia branca (BASTISTELLI; RODRIGUES; FERRUGEM, 2021).

Contudo, o ingresso de estudantes negras(os) por meio de ações afirmativas, traz à universidade novos repertórios, discursos, demandas e narrativas específicas das(os) jovens negras(os) universitárias(os) (OLIVEIRA, 2019). A aglutinação das demandas e a necessidade de ação coletiva para o combate e acolhimento frente aos casos de racismo, fazem com que surjam coletivos negros. Para Luana Ribeiro da Trindade:

A partir da implementação da política de reserva de vagas promulgada pela Lei nº12.711 de 29 de agosto de 2012 – conhecida como Lei de cotas – para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e oriundos da escola pública observa-se a expansão de coletivos formados por jovens negros e negras no interior das universidades brasileiras.(TRINDADE, 2021, p. 8).

O surgimento dos coletivos negros da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca, não se dão exclusivamente com a entrada de estudantes negras(os) após a aprovação da política de reserva de vagas na universidade em agosto de 2013, as(os) jovens se movimentavam muito antes, para permanência e possibilidade de existência de seus corpos e epistemologias dentro do espaço universitário. Sendo assim, antes da existência institucional e formal de coletivos negros na faculdade, sempre existiram resistências coletivas frente aos racismos cotidianos enfrentados pelas(os) estudantes negras(os).

Na década de 2000, surge na FCHS o NUPE (Núcleo Negro de Pesquisa e Extensão da UNESP) buscando internalizar na UNESP o estudo, a pesquisa e o debate sobre o negro, bem como a produção de conhecimento científico e formulação de políticas públicas para e com a população negra. O grupo é hoje o único projeto de extensão institucionalizado que tem como centralidade as questões étnico-raciais, sobretudo voltadas ao negro. Em 2016 emerge a necessidade de criação de um coletivo para debate, denúncia, formação sobre a questão racial e acolhimento de estudantes pretos e indígenas, surge o Coletivo AFRONTar. O grupo denunciou expressões nazistas e racistas no campus em novembro de 2016, com inúmeras pichações em banheiros e em espaços de convivência. Segundo matéria do Geledés<sup>1</sup> a partir de 2014 (ano de início da política de cotas na universidade) existiam coletivos como o AFRONTar em pelo menos 9 das 23 unidades da UNESP.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada buscando compreender o impacto e o grau de importância dos coletivos negros, NUPE e AFRONTar, no enfrentamento aos racismos na FCHS, bem como avaliar as medidas institucionais adotadas para respondê-los e a transformação do espaço universitário a partir de abordagens decoloniais e afrocentradas.

## Metodologia

Para a realização desta pesquisa, foi criado um questionário anônimo para coleta de dados sobre os casos de racismo, constando o perfil das vítimas de racismo na faculdade (considerando raça, gênero, idade e curso), e das(os) agressoras(es) (também mapeando se são discentes, docentes ou servidores). Além disso, foram coletados relatos anônimos de estudantes negros sobre

1 Da notícia “Pichações nazistas são encontradas na UNESP, em Franca-SP”.

experiências de racismos no campus, a impressão das(os) discentes sobre as políticas institucionais de enfrentamento ao racismo e acerca da atuação dos coletivos negros. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois integrantes do NUPE e um do coletivo AFROntar acerca da: 1. criação dos coletivos; 2. ações dos coletivos e 3. resistências e dificuldades na FCHS. As entrevistas foram realizadas do dia 10 de setembro ao dia 19 do mesmo mês de forma remota. Todos os relatos estão referenciados com nomes fictícios para que se possa preservar a identidade dos discentes.

O questionário foi divulgado em grupos de sala no Whatsapp, redes sociais dos coletivos negros e centros acadêmicos. Foram coletadas 59 respostas de estudantes autodeclarados negros, 47 respostas de estudantes autodeclarados brancos e 2 respostas de estudantes autodeclarados amarelos. O questionário esteve aberto às respostas do dia 18 de setembro à 28 do mesmo mês de 2022. Não houveram respostas e relatos de estudantes indígenas. Totalizando 108 respostas. Os dados coletados foram interpretados através da análise descritiva.

No procedimento de coleta dos dados foram seguidas a ética e as boas práticas em Ciências Humanas, preservando o anonimato dos participantes no questionário e nas entrevistas, os objetivos da pesquisa também foram informados às e aos participantes que consentiram em participar do levantamento voluntariamente. A pesquisa seguiu critérios de transparência, comunicando o uso dos dados para produção de conhecimento acadêmico, formulação de políticas públicas e garantindo o retorno dos resultados da pesquisa à FCHS.

Acerca da gestão dos dados e metadados, as informações foram agregadas, sem possibilidade de identificação individual, com acesso restrito ao NUPE, em disco rígido, garantindo sua preservação, segurança e divulgação. Cabe ressaltar o compromisso ético em todo processo de pesquisa, levantamento e processamento dos dados até a publicação dos resultados.

Foram utilizadas também diversas referências bibliográficas a partir de informações de acesso público, disponibilizadas na internet, sites oficiais da UNESP, além de livros, artigos, jornais e dados<sup>2</sup> divulgados pela Diretoria Técnica Acadêmica da FCHS (DTA). Neste artigo, foram aplicadas terminologias que vem sendo empregadas pelo movimento negro e por acadêmicos no que tange à autoclassificação de cor ou raça conforme a sua formulação pelo IBGE<sup>3</sup>. Nesta pesquisa as pessoas negras são as pessoas que se autoclassificaram como pretas ou pardas conforme os procedimentos do IBGE.

## Os racismos no espaço acadêmico

Neste artigo optamos pela utilização do termo racismos, a palavra no plural busca evidenciar que o racismo enquanto construção social se adequa e se transforma de acordo com seu contexto histórico e geográfico e que possui elementos em comum. Dessa forma, considerando a multiplicidade e a complexidade de formas de expressão do racismo e a presença de elementos comuns, é possível traçar sua identificação como parte de um mesmo fenômeno (LIMA, 2019). Emanuel Fonseca Lima ao defender o uso do termo, relembra os fins políticos do racismo:

Apesar dos diferentes significados assumidos em cada contexto histórico, é possível identificar uma constante na noção de raça: é associada à ideia de que a humanidade pode ser subdividida em diferentes grupos, que mantêm entre si uma relação de superioridade/inferioridade, sendo que cada um deles se distingue dos demais em razão de características inatas, compartilhadas entre seus membros (FIELDS; FIELDS, 2014). Trata-se de uma concepção que, em sua essência, diz respeito às relações de poder e necessidade de controle (MORRISON, 2017), sendo constantemente invocada para justificar práticas de dominação de um grupo sobre outro (MONTAGU, 1974). (LIMA, 2019, p. 12).

2 Referente ao número de estudantes matriculados nos quatro cursos de graduação da FCHS (Direito, História, Serviço Social e Relações Internacionais) e na pós-graduação (Análise de Políticas Públicas, Direito, História e Serviço Social).

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Compreendendo o racismo não somente como um sintoma da colonização, mas como um elemento incipiente da formação do Estado brasileiro, faz-se possível observar a existência de mecanismos e estratégias de negação e coibição da população negra e indígena à espaços e papéis de privilégio e poder (COSTA; MACHADO, 2017). Assim pode ser compreendido o que Kwame Ture e Charles Hamilton nomeiam pioneiramente, de racismo institucional (TURE; HAMILTON, 1992). Cotidianamente o racismo institucional, faz com que as instituições operem pela manutenção dos processos de dominação, que são internalizados e naturalizados principalmente em países miscigenados como o Brasil (SANTOS, 2013).

O enraizamento histórico do mito da democracia racial, é um dos maiores pilares de sustentação do racismo institucional no país (COSTA; MACHADO, 2017), utilizado discursivamente para justificar a inação estatal para promoção da igualdade racial, aprofundando a exclusão e as desigualdades sociais sobretudo, da população negra. Há que se considerar também, que a educação enquanto instituição do Estado, é uma importante reprodutora e perpetuadora do racismo, na medida em que negligencia o acesso à educação, e que quando a possibilita, deseduca o negro (HOODSON, 1933) omitindo o seu passado e performando uma história do negro, baseando se na escravidão e ignorando suas outras formas de viver e resistir (NASCIMENTO, 1977).

A historiografia brasileira convencional, discursivamente faz com que a memória dos afro brasileiros tenha em seus primórdios a escravidão dos africanos no século XV, o que não só é uma inverdade, como também um esforço da elite dominante para evitar que o negro no pós abolição assumisse suas raízes étnicas, históricas e culturais de origem africana (NASCIMENTO, 2019). Para Abdias Nascimento tal esforço é explícito na imigração europeia:

[...] e as classes dominantes enfatizam sua intenção e ação no sentido de arrancar da mente e do coração dos descendentes escravos a imagem da África como uma lembrança positiva de nação, de pátria, de terra nativa; nunca em nosso sistema educativo se ensinou qualquer disciplina que revelasse algum apreço ou respeito às culturas, artes, línguas e religiões de origem africana. [...] Porém, nenhum desses empecilhos teve o poder de obliterar completamente do nosso espírito e da nossa lembrança a presença viva da Mãe África. (NASCIMENTO, 2019, p. 274).

O ensino superior brasileiro é estruturalmente racista, e as sistemáticas práticas de exclusão de negros e negras, tanto como corpo docente quanto nos referenciais teóricos, são custosamente reconhecidas como práticas de uma cultura racista internalizada e reproduzida (BRUNO; NASCIMENTO, 2019). O ingresso de estudantes negras e negros no meio acadêmico, é a principal forma de enfrentamento ao racismo epistêmico. Segundo Ramón Grosfoguel, o racismo epistêmico opera segundo uma tradição de pensamento hegemônica da filosofia ocidental, em que o Ocidente é o único capaz de produzir conhecimento e o único com acesso à universalidade, racionalidade e verdade, enxergando todo conhecimento não ocidental como inferior (GROSFUGUEL, 2016).

## Os racismos na FCHS

Dados fornecidos pela DTA apresentam que dos 1770 estudantes matriculados na graduação em 2022, 25% são negros, demonstrando que a política de cotas na faculdade ainda não possibilitou uma composição racial equitativa em seus cursos. Isso deve-se à recente implementação da ação afirmativa na universidade, em 2014, mas cabe também considerar os casos de evasão de estudantes negros(os), casos sobre os quais até o momento não existem dados.

Do total de estudantes (1770), o levantamento de dados sobre os casos de racismo no campus da UNESP Franca obteve 107 respostas, apresentando nível de confiança de 90%, com margem de erro amostral de 7.74% para mais ou para menos. Das 59 pessoas negras<sup>4</sup>, 34% afirmam já terem

4 Estudantes que se autodeclararam como pretos ou pardos.

sido vítimas de racismo na FCHS, 51% afirmam que não, no entanto 15% não sabem se foram vítimas (meus dados). O último dado representa um desconhecimento de um grupo de estudantes negros sobre quais discursos e ações se configuram como racismo, o que pode ser resultado de um extenso processo de omissão e negligência das pautas étnico raciais no ensino médio bem como o pouco acesso à questão no ensino superior. Muitos discentes, por mais que possuam o conjunto de traços fenótipos marcadamente negróides ainda possuem dificuldade de se identificar como negros e compreender as violências que perpassam por raça, dada toda ideologia eurocentrada que estabelece padrões brancos como modelo (SOUZA, 2021). Neuza Santos Souza discorre sobre o processo de descobrir-se negro:

O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal do ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido, e que endossa a luta para realizar esse modelo. (SOUZA, 2022, p.65).

No que tange aos atores do racismo, docentes e discentes são os que mais possuem discursos e ações racistas no campus, representando respectivamente 79% e 70,8%, e servidores técnico administrativos representam 4,2% (meus dados).

Os casos descritos em sua imensa maioria relatam posturas de docentes, demonstrando não somente o despreparo e a insensibilidade ao tratar das questões étnico-raciais, como também a legitimação da branquitude no espaço acadêmico, como é possível observar no relato:

Em uma aula de História, a professora utilizou o termo “escravo”, então eu a corriji no chat (a aula era online, durante a paralisação) pedindo que ela usasse o termo “escravizado”. Então, a professora respondeu que não iria se ater a termos novos, pois havia aprendido daquela forma. (ROGES, 2022).

São também frequentes os casos de racismo entre o corpo discente:

Por estar em um espaço de representação acadêmica sempre me senti muito exposta, com isso vários discentes do curso acharam brechas para serem racistas e colocar a culpa no espaço em que eu estava, sou chamada de agressiva em redes sociais todos os dias por pessoas brancas e racistas simplesmente por ter denunciado racismo dentro da gestão que eu estava. (MARTA,2022).

No relato é abordado o discurso estereotipado da mulher negra como agressiva, o que se configura em uma invenção fantasiosa que busca silenciar as vozes de mulheres negras, Grada Kilomba faz uma analogia à máscara de ferro utilizada no período colonial:

Ela simboliza políticas práticas de conquista e Dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”: quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2020, p. 33).

Segundo o levantamento, as mulheres negras e as pessoas não binárias são as que mais reconhecem quando são vítimas de racismo na faculdade, representando 66% dos estudantes que apontam já terem sido vítimas (meus dados). As experiências de racismo e sexismo se entrelaçam aqui, fazendo com que tenhamos racismo genderizado (KILOMBA, 2020). O silenciamento<sup>5</sup> e o ensurdecimento<sup>6</sup>, frequentemente foram mecanismos empregados por docentes para se recusar a

5 O silenciamento para Grada Kilomba, é quando o medo do branco de ouvir verdades desagradáveis faz com que ele mantenha distância de tais verdades, se desviando nas margens invisíveis e quietas, se protegendo de reconhecer o conhecimento do outro.

6 O ensurdecimento é o processo pelo qual se nega a ouvir, considerando que existe alguém falando.

assumir seu racismo e realizar a manutenção do seu privilégio e sua racionalidade, como é possível observar:

O Professor me interrompeu quando estava fazendo uma pergunta na aula, pergunta que por sinal questionava uma colocação racista. Me retirei da sala, já abalado, e fui embora. Na outra aula voltei a perguntar e pedi para que não me interrompesse, e eu consegui fazer a pergunta mas logo quando questionei a utilização do termo “escravo” ao invés de “escravizado” ele voltou a me interromper (não me permitindo espaço de fala enquanto eu tentava falar) e insinuou que eu não havia aprendido o que era construção social em sua disciplina do 1º ano. (WESLEY, 2022).

Segundo o relato não houve reconhecimento tampouco reparação por parte do docente, e não foram feitas denúncias com medo de retaliação e perseguição. O questionamento dos estudantes acerca da utilização do termo escravo não só possui sentido simbólico e lexical, mas também epistemológico, para se torne possível (re)conhecer o negro como sujeito, e conseqüentemente humanizar a si próprio na sala de aula. Além disso, discursos pseudocientíficos e estereotipados foram levados pelos docentes: “o professor se referiu a pessoas corruptas utilizando o termo “neguinho”” (YASMIN, 2022); “a professora minimizou o trauma da escravidão e da violência sexual, dizendo que escravas da casa grande eram privilegiadas por serem menos açoitadas” (JEAN, 2022).

Em novembro de 2016 a faculdade foi alvo de várias pichações racistas e nazistas que diziam “Fora pretos nojentos fedidos”; “mestiço, aceita sua história”; “Manda pro Zoológico” além de outros dizeres racistas em banheiros e pichações de suásticas nazistas. As(os) estudantes formalizaram uma denúncia na Polícia Militar e questionaram a pouca efetividade por parte da diretoria no combate ao racismo:

No caso das pichações tudo é resolvido ainda de forma mais rápida, tinta e pincel, pronto, o caso foi mais uma vez escondido e é como se não existisse nenhum preconceito novamente. (NELO, 2016).

Cerca de 77% dos estudantes afirmaram já ter visto ou ouvido sobre algum caso de racismo no campus, e 22% disseram que não, nesses casos os responsáveis são em geral docentes, 76,8%, discentes 65,9%, seguidos pelos servidores 9,8% (meus dados). Os dados mostram a quantidade e a frequência de racismos no campus e a urgência de políticas de enfrentamento ao racismo na FCHS.

## **A resistência dos coletivos negros**

Inicialmente, para se pensar a resistência dos coletivos negros da Unesp Franca deve-se entender os porquês de seus nascimentos, nesse sentido, é importante observar o NUPE e o AFROntar que respectivamente nascem por parte do movimento de estudantes negros no final da década de 90 e em 2016. São sobretudo espaços de acolhimento, estudo e denúncia de casos de racismo no âmbito da FCHS e na cidade de Franca. O primeiro foi institucionalizado em 2012, através de muita luta e suor dos estudantes e docentes negros. O AFROntar nasce num contexto muito específico no cenário brasileiro, o período foi marcado por manifestações, pelo impeachment da presidenta Dilma e pelo avanço de pautas e movimentos reacionários e neoliberais no Brasil, e com uma finalidade justificada, dentre outras coisas, pela resistência negra e indígena<sup>7</sup> no campus.

A implementação das ações afirmativas na UNESP fizeram com que mais estudantes negros pudessem ingressar no ensino superior, permitindo trazerem seus repertórios: existir na universidade torna-se um ato político (CAIXETA, 2016). Ainda composta majoritariamente por estudantes brancos, obviamente, ocorre um choque e manifestações da branquitude para manutenção de seu privilégio, violentando a trajetória acadêmica de jovens. Casos como pichações

7 O AFROntar possui integrantes negros e indígenas.

racistas em espaços de convivência, falas racistas de docentes em sala de aula, agressões verbais e físicas mostram o racismo em suas mais variadas formas.

Existem graves indícios de violência psicológica com relação às condições de permanência estudantil na faculdade, no Brasil das 13,5 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza, 75% são pretos ou pardos de acordo com dados do IBGE (2019)<sup>8</sup> e portanto, boa parte dos estudantes dependentes de auxílios socioeconômicos são negros e essa violência expressa-se quando o recurso financeiro é negado, é atrasado ou diminuído sem aviso prévio e frequentemente quando não é suficiente para a permanência.

Assim, o AFRONTar surge como forma de acolhimento, cuidado e aquilombamento de pessoas negras dentro do campo universitário propondo-se a servir de refúgio emocional para esses estudantes.

São realizados encontros semanais para conversa e trocas acerca não só dos casos de racismo presentes na faculdade, mas também sobre construções fora deste espaço, acontecimentos do cotidiano, dentre outras questões que atravessam a vida dessas pessoas, assim como seus gostos, medos, prazeres e desejos. (JOBERTO, Franca, 2022).

Joberto<sup>9</sup>, conta em entrevista que o coletivo organiza todos os anos uma recepção aos ingressantes cotistas, trocas sobre permanência estudantil, cine debates sobre questões étnico-raciais, reuniões de estudos e espaços de escuta e acolhimento. Acima de tudo, o AFRONTar é vivência de denço<sup>10</sup>.

O aquilombamento para o coletivo não se restringe ao espaço geográfico do quilombo, aquilombar-se é tido como reencontro profícuo de pessoas negras, subversão epistemológica e temporal, com a continuidade de práticas e saberes ancestrais africanos. (JOBERTO, Franca, 2022).

Os coletivos negros universitários, enquanto quilombo, têm em suas preocupações ontológicas e organizacionais, desfazer práticas, discursos e movimentos que são reproduzidas pelos seus membros, através de um saber-fazer africano, afro diaspórico e afro brasileiro. As ações não se limitam ao confronto ao racismo, o quilombo confronta a colonialidade do saber (QUIJANO, 2005), e permite a humanização dos estudantes negros que são cotidianamente desumanizados por práticas racistas, dá-se condições de existir além da violência e do trauma (FANON, 2020).

Nesse cenário de resistência nos coletivos negros, Kailane<sup>11</sup>, integrante do NUPE ressalta a importância do coletivo:

O que me motivou a compor o NUPE foi o fato de eu ser uma pessoa e aluna negra e estudar sobre a temática, além de ter consciência da importância de fortalecer esse coletivo e núcleo de estudos e extensão, me senti muito fortalecida de encontrar ali as minhas e os meus com momentos de troca, ser acolhida e ser entendida. (KAILANE, Franca, 2022).

Além disso, em relação a atuação do NUPE, comenta:

Tivemos muita dificuldade para conseguir um professor coordenador, estávamos esvaziados e buscamos trazer mais pessoas. Durante a pandemia nos reunimos muito online, fizemos estudos de livros, rodas de conversas sobre filmes e documentários, a semana preta, além de reuniões administrativas, elaboração de documentos cobrando mais

8 O próximo censo do IBGE pode revelar números ainda mais alarmantes.

9 Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

10 Denço é uma palavra de origem banto da língua Quicongo, que em seu significado remete ao acolhimento, aconchego e libertação ancestral entre pessoas negras.

11 Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

ações afirmativas da UNESP e acolhemos denúncias de racismo ao passo que pressionamos a direção da universidade para apuração e punição dos responsáveis. (KAILANE, Franca, 2022).

A partir dos relatos, nota-se que o NUPE não é apenas um espaço para produção acadêmica, mas também para o acolhimento e realização de trabalhos de extensão envolvendo a cidade de Franca.

Segundo Nicolas<sup>12</sup>, atualmente, o grupo têm feito estudos de livros como o Quilombismo de Abdias do Nascimento<sup>13</sup> e com obras de Molefi Kete Asante<sup>14</sup>, Grada Kilomba<sup>15</sup>, Amadou Hampâté Bâ<sup>16</sup> e com base nelas são estruturados debates, reuniões, escritos, pesquisas e eventos. O grupo organiza o “Tela Preta”, um evento que visa através da exibição de documentários, enxergar o mundo a partir dos olhos do povo preto, para recuperação da memória e pensar além da dor, reconhecer as possibilidades de existir, de reinventar o ser, o espaço e o conhecimento (NICOLAS, Franca, 2022).

Desse modo, atrela-se a isso os trabalhos de extensão do NUPE, ou seja, para além do ambiente universitário, tornando o conhecimento gerado nesse local um pouco mais democratizado. Dentre algumas das ações de extensão realizadas pelo núcleo pode-se mencionar, discussões sobre questões étnico raciais em rádios da cidade, organização de passeatas contra o racismo, realização de oficinas, reivindicação de obras de autores negros e a Semana Preta<sup>17</sup>(NICOLAS, Franca, 2022). Torna possível verificar-se que o NUPE atua em diversos segmentos em que os estudantes negros estão inseridos.

Atuando na luta contra o epistemicídio<sup>18</sup> (CARNEIRO, 2005) e o racismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016) no espaço acadêmico, os coletivos negros fazem o movimento contrário, através do consumo da própria produção intelectual negra para produzir a própria epistemologia, por isso, são caminho e vetor da cultura, evitando assim que nossa morte comece antes do tiro<sup>19</sup>. Além de estourar a bolha da universidade levando o conhecimento adquirido nesse espaço para periferias e escolas públicas, locais onde negros e negras estão em maioria.

Os coletivos negros da FCHS não possuem ações estáticas, se movimentam de acordo com os movimentos de seus integrantes, acompanhando suas necessidades, demandas e dores (JOBERTO, Franca, 2022). Esse espaço também é atravessado pelo adoecimento, no sentido em que a resistência diária ao racismo institucional é intensa e desgastante (TRINDADE, 2021 apud LIMA, 2020), e por isso os momentos de troca, acolhimento e aquilombamento são indispensáveis para permanência e agenda de lutas antirracistas na faculdade. Em seu poema reconectai-vos, Beatriz Nascimento traça a dialética das relações negras:

No outro eu me enxergo, me transformo cresço, me regenero  
No outro, vejo o reflexo das minhas ações  
E sou levada inúmeras reflexões  
Se me incomodo com comportamento alheio, me pergunto:  
- O que há em mim parecido com esse sujeito?  
Às vezes, o incômodo gerado é por refletido, no outro,  
[...] Sabendo que cada um tem seu caminho, seus  
pensamentos, sua estrada.  
O conforto em seu choro, seco suas lágrimas  
Sorrio como seu riso, juntos damos gargalhadas  
Ofereço-lhe os meus sentidos

12 Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

13 Abdias Nascimento foi um importante pensador brasileiro, natural de Franca,SP, tornou-se ator, dramaturgo, ativista dos direitos civis, professor universitário, político e grande proponente do Pan-africanismo.

14 Molefi Kete Asante é um cientista e filósofo estadunidense, conhecido por seus estudos sobre afrocentrismo.

15 Grada Kilomba é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa, com foco em memória, trauma, racismo e pós-colonialismo.

16 Amadou Hampâté Bâ foi um grande pensador e escritor malinês.

17 A reivindicação de obras de autores negros e sobre questões étnico raciais, bem como a Semana Preta, são atividades realizadas conjuntamente com o AFRONTar.

18 O conceito foi criado por Boaventura de Souza Santos e estudado por Sueli Carneiro.

19 Fazendo referência à reportagem de Alma Preta Jornalismo “Epistemicídio, a morte começa antes do tiro”.



A minha visão, meu olhar acolhedor, um abrigo  
A minha audição, uma escuta silente, atenta e permanente  
[...] (NASCIMENTO,s.d.).

Para Beatriz Nascimento “é preciso da imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um, o reflexo de todos os corpos” (NASCIMENTO, 1989). Constitui dessa forma a dialética nos coletivos negros, em que a identificação coletiva cria espaços de convivência, escuta, choro, risadas e regeneração. Para além da importância epistemológica, emocional e afetiva, esses coletivos protagonizam lutas indispensáveis na faculdade, como acrescenta Joberto:

Além de toda nossa movimentação de denego, sempre fomos muito combativos aos casos de racismo e denúncias na faculdade, em um contexto em que a maior parte dos estudantes e professores brancos não se solidarizam com as micro agressões sofridas diariamente, somos nós quem reivindicamos medidas antirracistas. (JOBERTO, Franca, 2022).

Segundo os dados do levantamento 95,3% das(os) estudantes consideram importante a atuação dos coletivos negros no enfrentamento aos casos de racismo na FCHS, e 47% das(os) estudantes negras(os) declaram fazer ou ter feito parte de algum coletivo negro da faculdade (meus dados). Em suma, pode-se perceber que a somatória dos coletivos negros AFRONTar e NUPE da UNESP Franca, são não apenas presentes na vida dos discentes e da faculdade, mas também dos negros e negras da comunidade francana, uma vez que são responsáveis por trabalhos de extensão. Para Guilherme dos Santos Oliveira:

Assim como os movimentos sociais tradicionais, os coletivos de estudantes negros atuam em diversas frentes, devido à independência que possuem no que diz respeito às suas atuações. No caso de coletivos de estudantes negros nas universidades, encontramos configurações dinâmicas que são temporais e que surgem com finalidade específica.(OLIVEIRA, 2019, p. 48).

Logo, percebe-se que há complementaridade entre ambos os coletivos sendo possível colocar ambos como principais responsáveis pelo desenvolvimento das discussões étnico-raciais na faculdade. A maior parte das discussões gira em torno da abordagem afrocentrada e afro referenciada ao passo que democratiza o acesso a essas epistemologias novas e antigas, produzidas e analisadas, utilizando como referências autoras(es) negras(os) como explicita Nicolas:

Temos uma preocupação muito grande com as referências utilizadas em nossas pesquisas e linhas argumentativas. Essa preocupação é disruptiva pois promove um conhecimento e saberes que foram sistematicamente apagados dentro da academia, é uma forma de reafirmarmos que a ciência surge em África e que temos capacidade de realizar qualquer discussão a partir dos nossos ancestrais. (NICOLAS, Franca, 2022).

Ainda que, com toda importância e avanço dessas questões na FCHS, os estudantes sentem uma sobrecarga de demandas próprias e atreladas às violências sofridas no espaço universitário. Nas entrevistas, Nicolas e Joberto apontam algumas dificuldades dos coletivos para desenvolver suas atividades, ressaltando o espaço físico para reuniões, menosprezo dos professores ao lidar com pauta racial e pouco empenho da faculdade nos eventos dos grupos.

O NUPE e o AFRONTar nos mantêm de pé, mas ao mesmo tempo possuem muitas demandas e frequentemente nos encontramos tendo que lidar com os racismos que nos atingem, sem conseguir avançar com questões mais

estruturais. Já ouvimos muitas ridicularizações de professores enquanto divulgamos eventos em sala de aula. (NICOLAS, Franca, 2022).

Infelizmente não conseguimos desenvolver tantas ações quanto gostaríamos, a maior dificuldade é o financiamento de projetos externos à faculdade, os grupos deveriam receber maior investimento e atenção. Em vários eventos sofremos racismo institucional, com servidores visivelmente menosprezando nosso trabalho e se utilizando de todos instrumentos possíveis para não auxiliarem nas atividades. (JOBERTO, Franca, 2022).

Nos relatos coletados e nas entrevistas, os estudantes trazem frequentemente como pauta o racismo institucional. Para Guilherme dos Santos Oliveira o racismo institucional se apresenta como um obstáculo para as e os jovens negros na conclusão da etapa acadêmica, segundo ele:

O racismo institucional atua no nível das instituições sociais, encoberto por atitudes e ações cotidianas, e invisível às punições devidas no campo do Direito. Dizendo respeito às formas como as instituições funcionam, seguindo os procedimentos burocráticos e apoiados em valores sociais legitimados pela sociedade, o racismo institucional contribui para a naturalização e reprodução da hierarquia racial (GUIMARÃES, 2005), influenciando o cotidiano das instituições, organizações e promovendo a operação diferenciada de serviços, benefícios e oportunidades aos distintos grupos raciais. (OLIVEIRA, 2019, p. 60).

Este trabalho buscou conhecer as principais demandas dos coletivos e estudantes negros, assim como a percepção dos mesmos sobre medidas institucionais que vem sendo adotadas para o combate ao racismo. As considerações da faculdade sobre as reivindicações também serão apresentadas na próxima seção.

## **Medidas institucionais no combate ao racismo**

Ao analisarmos as medidas institucionais adotadas pela FCHS no combate ao racismo, existem limitadas informações e pouca transparência sobre as políticas da faculdade para o combate sistemático aos casos de racismo. Ao que se faz visível no site da unidade consta a criação da Comissão de Direitos Humanos (CDH), esta comissão foi instituída através da Portaria nº 58, de 09 de julho de 2020, já em 2021 foi instituída a Portaria Nº 108, de 16 de novembro de 2021. A CDH busca atuar de forma educativa e preventiva com ações referentes aos direitos humanos no âmbito da FCHS e a Portaria Nº108 estabelece normas e critérios para promover a diversidade na composição das participantes de eventos acadêmicos a serem realizados na FCHS.

Os dados do levantamento apontam que somente 7% dos estudantes conhecem políticas institucionais de enfrentamento ao racismo no campus, sendo que 58,9% consideram que as medidas adotadas pela FCHS não são eficientes no combate ao racismo, 33,6% acreditam que talvez sejam, e 7,5% acham eficientes. Os estudantes questionam que a imensa maioria das denúncias sobre racismo feitas na ouvidoria da universidade, não resultam em punição do agressor, nem acolhimento da vítima como abordado no relato:

Estudantes não possuem a proteção da universidade ou da direção contra casos de racismo de professores. Os casos de racismo mais frequentes que eu já ouvi falar foram de professores contra alunos. Nunca, em nenhum desses casos de racismo, ouvi falar de alguma solução tomada pelos docentes ou pela direção. Nunca ouvi falar nem mesmo de

algum pedido de desculpas, mesmo que isso não resolva o grave problema do racismo na fchs. (TOMÁS, 2022).

Paralelamente ao exposto os discentes também pontuam a ausência de professores negros: “Pressionar a universidade para formar um quadro de professorxs que sejam pessoas negras!!! É inaceitável olhar a grade de um curso e tem somente uma pessoa negra como docente!” (SANTOS, 2022). Ainda no que tange às(aos) professoras(es) negras(os), outro relato sugere:

A implementação de cotas destinadas ao processo seletivo para professores ou processos seletivos de professores destinados a professores negros, como modo de atualizar e aprimorar a diversidade do currículo do programa. (AFONSO, 2022).

É pontuada a necessidade de investimento e incentivo nas ações dos coletivos negros:

Uma das políticas mais importantes é investir nos programas, projetos e planos desenvolvidos pelos coletivos negros da FCHS e comunidade francana no enfrentamento do racismo. Não basta ouvir os coletivos. É necessário colocar em prática o que é construído coletivamente por eles. (FALCUCCI, 2022).

Para que existam verdadeiramente, políticas institucionais antirracistas, ações cotidianas devem ser realizadas na faculdade, para o fim da supremacia branca, e da branquitude crítica, aquela em que “em público se diz antirracista, em privado ou com os seus em segredo revela-se como racista” (BASTTISTELLI; RODRIGUES; FERRUGEM, 2019, p. 552 apud CARDOSO, 2014, p. 92). Em 2020 os coletivos negros da FCHS, encaminharam um documento com diversas reivindicações e propostas antirracistas para a direção da faculdade, obtendo retorno em fevereiro de 2021 (NICOLAS, Franca, 2022).

Entre as nossas propostas estavam: a aquisição de acervo de obras de autoras e autores negros para a biblioteca, com lista elaborada pelo coletivo AFRONTar; a criação de ações afirmativas nos editais de contratação de docentes; abertura de bancas para contratação de docentes que pesquisem relações raciais para a Disciplina Optativa e Obrigatória; a implementação de cotas para pessoas trans e travestis; a implementação de ações afirmativas para todos programas de pós graduação e a regulamentação de ações afirmativas nos editais de contratação de servidores. (NICOLAS, Franca, 2022).

Em resposta às demandas das(os) estudantes, a direção demonstra grande abertura para construção de ações conjuntas com o grupo, pontuando a necessidade de construção de políticas coletivas no espaço universitário, com participação dos coletivos negros:

Há muito por se fazer, inclusive no sentido da proposta anexa, mas a construção deve ser coletiva, com ampla participação do NUPE, dos coletivos, dos estudantes em geral, dos docentes e técnicos da Faculdade, e não simplesmente a partir de iniciativa e determinação da Direção. (FCHS., 2021, p.3)

O documento aponta a sobrecarga de trabalho dos poucos docentes da Comissão de Direitos Humanos, impactos da pandemia e falhas da gestão para prosseguimento das atividades da CDH.

Compartilhamos do entendimento de que houve um progresso muito lento na constituição e início das atividades da CDH, o que impactou no atraso da execução de todas as outras políticas, inclusive das medidas educativas, pois dependeriam da Comissão. Isso se deveu a diversos fatores, como sobrecarga de trabalho dos docentes, a pandemia e falhas da gestão. Entretanto, a partir deste momento, a CDH ganha nova dinâmica e começa a operar conforme fora

planejado quando de sua concepção. (FCHS., 2021, p. 3).

No que tange às denúncias feitas na ouvidoria da universidade, a direção explicita o processo de tramitação das mesmas e as dificuldades encontradas:

Todas as denúncias formalmente apresentadas foram devidamente processadas com a adoção dos procedimentos cabíveis em relação a cada caso, como constituição de comissões, informação às instâncias da Reitoria e ao Ministério Público. Infelizmente, o trabalho das comissões é mais lento do que o esperado em razão de dificuldades com a Assessoria Jurídica (é exigida a participação de procurador da UNESP em sindicâncias e processos administrativos disciplinares) e de se encontrar docentes disponíveis para as atividades, visto que também enfrentam sobrecarga de trabalho, além das implicações da pandemia. (FCHS., 2021, p.3).

Os maiores obstáculos acerca das demandas dos coletivos na universidade foram as mudanças estruturais nos processos de contratação de docentes e servidores para adoção de ações afirmativas para pessoas negras. Segundo a direção:

Os concursos para contratação docente, que não ocorrem há 7 anos, em geral, são realizados com vaga única na Unidade (1 vaga para determinado conjunto de disciplinas), de maneira que não seria possível a adoção de cotas. (FCHS., 2021, p. 4).

Acerca da contratação de docentes que pesquisem relações raciais, a direção pondera:

A Universidade pode fomentar a pesquisa neste campo, mas não pode restringir o objeto de pesquisa de docentes de seus quadros ou a serem contratados, sob pena de violação da liberdade de cátedra. (FCHS., 2021, p. 4).

A contratação de servidores técnico administrativos segundo a direção assim como a contratação de docentes possui impasses quanto à vagas únicas:

A proposta encontra-se no âmbito de competência da Reitoria e poderá ser implementada nos termos das normas já vigentes sobre a matéria. Entretanto, como, em geral, os concursos para cargos e empregos públicos de servidores técnicos também ocorrem com vaga única, em princípio, não seria viável. (FCHS., 2021, p. 5).

As informações concedidas pela direção representam alguns avanços, principalmente na predisposição por construção de iniciativas e acolhimento das demandas das(os) estudantes, ainda que tímidos, não conseguindo abarcar as reivindicações mais estruturais na faculdade. Há que ser considerado também o desconhecimento das(os) estudantes frente às políticas adotadas, a ausência e ou insuficiência de informações sobre ações de diversidade e enfrentamento ao racismo nas páginas oficiais.

O reconhecimento mútuo entre a faculdade e os coletivos negros acerca da importância atual das questões étnico-raciais na ciência e no espaço acadêmico, demanda a construção de uma agenda estratégica para as transformações indispensáveis para a descolonizar o ensino superior (GOMES, 2012, p. 12).

## **Descolonizar a universidade**

É necessário um esforço conjunto, não somente dos coletivos negros e pessoas negras, mas por parte de toda comunidade acadêmica, que também inclui os discentes, docentes e servidores brancos para o enfrentamento aos racismos. Tratando se não mais de um sintoma,

patologia ou irracionalidade (ALMEIDA, 2019), o racismo é estrutural, e o seu desmantelamento exige medidas igualmente estruturais. Ainda hoje nos encontramos em estruturas construídas no violento empreendimento colonial e a universidade as reproduz, mesmo que levem ao fim do mundo (KRENAK, 2020).

O ensino superior brasileiro precisa se descolonizar, o que indica que ainda está com o cabresto da colonialidade, observando e pensando o mundo com as limitações daqueles que o dominam. O currículo é diretamente impactado pelas mudanças sociais, pelos processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e pelas tensões políticas em torno do conhecimento (GOMES, 2012), mas a participação dos sujeitos que tiveram suas culturas omitidas e silenciadas tende a aumentar (TRINDADE, 2021, p. 130). Com todos avanços, por que ainda se evita falar de racismo? Por que o ensino superior ainda se recusa a promover mudanças nas suas grades curriculares eurocêntricas? Quais políticas estão sendo adotadas para que a academia seja um espaço menos violento com pessoas negras e indígenas? O que se tem feito para o fim da superioridade branca na academia? Por que tantos entraves para o enegrecimento das cadeiras de docência?

A branquitude precisa se tornar preocupação central, pois brancos também têm responsabilidade pelo racismo enquanto se privilegiarem do mesmo. Assim, nossa presença, enquanto acadêmicos negros, fomenta a urgência de se repensar o mundo, sobretudo a partir de saberes que foram esquecidos, omitidos e inferiorizados por uma história de epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

## Considerações Finais

Esse artigo é fruto das leituras, trocas, debates e reflexões realizadas no Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão. O estudo aqui apresentado é pioneiro em investigar os racismos no âmbito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, e pode fornecer bases valiosas para compreensão de como se dão os casos de racismo no campus e para construção de políticas antirracistas. Nossos passos vêm de muito longe e existir na academia, nos dá possibilidade de construir espaços, conhecimentos e métodos que não sejam pautados pela hegemonia acadêmica.

Os coletivos negros se mostraram através dos dados e das entrevistas, como importantes para o enfrentamento aos racismos na faculdade, mas também se mostram relevantes para manutenção das subjetividades dos discentes negros: para sua identificação e existência epistemológica e psicológica. No entanto, a resistência não deve ser romantizada, tendo em vista o adoecimento que ela traz às pessoas negras, que precisam assumir a linha de frente para combater os racismos (BATTISTELLI; RODRIGUES; FERRUGEM, 2021). Assim, a direção da FCHS precisa adotar políticas transparentes e cotidianas de formação à docentes e discentes, acelerar os tramites de responsabilização de agressores e acolher as vítimas, para que a vivência universitária possa ser minimamente saudável para estudantes negros, indígenas e amarelos.

Apesar do tom otimista, os inúmeros casos relatados durante essa pesquisa demonstram urgência e preocupação perante aos ainda recorrentes casos de racismo. Tratando-se de uma unidade majoritariamente composta por pessoas brancas - considerando quadro de discentes, docentes e servidores - formações sobre branquitude deveriam ocorrer para que a responsabilidade pela discussão racial e pelo racismo não estejam somente nas mãos de pessoas negras.

A pandemia impactou tremendamente tanto as ações dos coletivos negros, como a construção das políticas antirracistas pela universidade, a sobrecarga de atividades e a urgência das demandas de combate ao racismo nos colocam hoje em um momento conturbado, porém, promissor. No NUPE estão sendo mobilizadas inúmeras pesquisas e produções para o entendimento e combate ao racismo, fruto nítido do enegrecimento gradual dos cursos de graduação e pós graduação.

Por fim, acompanhando os dados e relatos aqui apresentados, acredito que as movimentações para a descolonização dos currículos e contratação de docentes e servidores negros se mostram proeminentes para combater o racismo epistêmico que acompanha toda a formação da universidade. Este esforço que já vem sendo realizado pelos coletivos negros, precisa ter voz dentro dos conselhos de curso e considerado como forma de romper com o eurocentrismo

e com a colonialidade.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. 1 ed. Belo Horizonte: Jandaíra, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

BATTISTELLI, Bruna; RODRIGUES, Luciana; FERRUGEM, Daniela. Branquitude e racismo na universidade: Analisando a relação entre práticas de cuidado e práticas de apaziguamento. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 2, n. 4, p. 1- 861, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13095> Acesso em 20 set. 2022.

BRUNO, Jessica Santana; NASCIMENTO, Claudio Orlando Costa do. RACISMO EPISTÊMICO, TENSIONAMENTOS E DESAFIOS À UNIVERSIDADE. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 4, n. 2, p. 40 - 70. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/8435> Acesso em 21 set. 2022.

CAIXETA, Bianca Aparecida dos Santos. **Movimento negro universitário: Um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília**. Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa. 2016. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/18248> Acesso em: 12 set. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Orientador: Roseli Fischmann. 2005. Dissertação - Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Joaze Bernardino; MACHADO, Vanessa. Racismo Institucional e Argumentos Sobre Cotas Raciais. **Revista Eixo - Especial Educação, Negritude e Raça no Brasil**. Brasília, v. 6, n. 2, p. 16 - 20, nov. 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/511> Acesso em: 20 set. 2022.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE FRANCA. Resposta da direção ao ofício de propostas antirracistas, Franca, 09 fev. 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução: NASCIMENTO, Sebastião. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GOMES, N.L. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça. **Educ. Soc, Campinas**, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul/set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQ8dbKRR3MNZDJkP5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 set. 2022.

GOMES, N.L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> Acesso em: 10 set. 2022.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGt/?lang=pt> Acesso em: 2 set. 2022.

HOODSON, Carter G. **A Deseducação do Negro**. Tradução: VENERANDA, Naia. São Paulo: Edipro, 2021.

JOBERTO. Relatos sobre o AFRONTar [Entrevista concedida a] Otávio Henrique da Silva Lemes. Franca, 10 set. 2022.

KAILANE. Relatos sobre o NUPE [Entrevista concedida a] Otávio Henrique da Silva Lemes. Franca, 19 set. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Emanuel Fonseca. Racismo no plural: um ensaio sobre o conceito de racismos. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). **Ensaio sobre Racismos**. Balão Editorial, 2019, p. 11 - 24.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (Org.). **Uma história construída por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Reconnectai-vos**. s.d.

NELO, Solon. Pichações nazistas são encontradas na UNESP, em Franca-SP. Portal Geledés, 12 nov. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pichacoes-nazistas-sao-encontradas-na-unesp-em-franca-sp/> Acesso em: 15 set. de 2022.

NICOLAS. Relatos sobre o NUPE. [Entrevista concedida a] Otávio Henrique da Silva Lemes. Franca, 14 set. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil**. Orientadora: Maria Alice Rezende Gonçalves. 2019. Dissertação - Pós- Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Duque de Caxias, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10067> Acesso em: 10 de set. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 201-246, 2000.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. As estratégias de resistência e enfrentamentos: desdobramentos na consolidação dos Coletivos de Estudantes Negros(as) nas universidades brasileiras. **Plural**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 80 - 100. jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/197133> Acesso em: 20 de set. 2022.

TURE, Kwame & HAMILTON, Charles. **Black power: the politics of liberation**. New York: Vintage books, 1992.

Recebido em 01 de março de 2023.  
Aceito em 23 de maio de 2023.